
A NOVA “VELHA HISTÓRIA”: O RETORNO DA HISTÓRIA POLÍTICA

Marieta de Moraes Ferreira

Depois de ter desfrutado de um amplo prestígio durante todo o século XIX, a história política entrou em processo de declínio. A fundação da revista *Annales* em 1929 na França e a criação da VI Seção da École Pratique des Hautes Études, tendo como presidente Lucien Febvre, em 1948, iriam dar impulso a um profundo movimento de transformação no campo do conhecimento histórico. Em nome de uma história total, uma geração de historiadores passou a questionar a hegemonia do político e a defender uma nova concepção de

história onde o econômico e o social deveriam ocupar lugar fundamental.¹

Desejosa de ir ao fundo das coisas, de apreender o mais profundo da realidade, essa nova história sustentava que as estruturas duráveis são mais reais e determinantes do que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os fenômenos inscritos em uma longa duração são mais significativos do que os movimentos de fraca amplitude, e que os comportamentos coletivos têm mais importância sobre o curso da história do que as iniciativas individuais.

As realidades do trabalho e da produção, e não mais regimes políticos, deveriam ser objeto da atenção dos historiadores. Enfim, o fundamental era o estudo das estruturas: o importante não é aquilo que é manifesto, aquilo que se vê, mas o que está por trás do manifesto. Tudo o que é manifesto é ao mesmo tempo mais superficial.

A história política era a antítese dessa nova proposta, pois estava voltada para os acidentes e as circunstâncias superficiais e negligenciava as articulações dos eventos com as causas mais profundas: era o exemplo típico da história dita *événementielle*. Ao privilegiar o nacional, o particular, o episódico, a história política privava-se da possibilidade de comparação no espaço e no tempo e mostrava-se incapaz de elaborar hipóteses explicativas ou produzir generalizações e sínteses que dão às discussões do historiador sua dimensão científica. Era uma história que permanecia narrativa, restrita a uma descrição linear e sem relevo, concentrando sua atenção nos grandes personagens e desprezando as multidões trabalhadoras.

A história política reunia portanto um número infindável de defeitos – era elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, psicologizante – que uma nova geração de historiadores desejava liquidar. Era chegada a hora de passar de uma “história dos tronos e das dominações para aquela dos povos e das sociedades”. Segundo René Remond, em seu livro *Pour une histoire politique*, não se tratava apenas de criticar uma dada maneira, equivocada, de se fazer história política. O que estava em questão era um conjunto de postulados sobre a natureza do político e o sentido de suas relações com os outros níveis da realidade social. Para a nova história, “a política era uma pequena coisa na superfície do real”.²

Ainda nos primeiros tempos dos *Annales*, as críticas dirigiam-se mais à “história tradicional”. Marc Bloch e Lucien Febvre, em seus trabalhos, deixavam espaços para

análises políticas, estudos biográficos etc., embora evidentemente a ênfase recaísse sobre o econômico. Mas ao longo dos anos 50, com a transformação da VI Seção da École Pratique des Hautes Études em École des Hautes Études en Sciences Sociales, por Braudel, os espaços para os estudos relacionados ao político fecharam-se. Para Braudel, o essencial na história era explicado pelas grandes pulsações econômicas. Além disso, sua teoria dos três níveis – longa duração, média duração e curta duração – também descartava o político como instância relevante.³

Foi nos anos 60, quando o marxismo conheceu uma grande expansão na França, e se aprofundaram os contatos entre esta doutrina e os *Annales* que a dimensão política dos fatos sociais foi especialmente marginalizada. Esta postura deveu-se essencialmente à formulação de inúmeras críticas ao papel do Estado, visto como mero instrumento da classe dominante, sem nenhuma margem de autonomia. O político passava a ser um reflexo das injunções econômicas, destituído de dinâmica própria. Alain Touraine declarou a esse respeito que durante longos anos ocorreu uma interdição na historiografia e nas ciências sociais ao estudo do Estado.

A convergência desses diversos fatores explica o descrédito da história política e a difusão da idéia de que este era um tipo de história ultrapassado, anacrônico e condenado pela ascensão das massas e a chegada da democracia. Esse tipo de crítica foi exposto de maneira exemplar na obra clássica de Pierre Goubert, *Louis XIV et vingt millions de français*.⁴

Contudo, lentamente este quadro foi alterado, e a dimensão política dos fatos sociais começou a ganhar novos espaços, num processo chamado por Remond de “renascimento da história política”. Segundo este autor, essa tendência deve ser entendida em ligação com duas ordens de fatores: as transformações sociais mais

amplas, que propiciaram o retorno do prestígio ao campo do político, e a própria dinâmica interna da pesquisa histórica.

As crises constantes que desregularam os mecanismos das economias liberais e levaram o Estado a intervir, ampliando seu raio de ação e dando lugar ao desenvolvimento de políticas públicas, vieram indicar que as relações entre a economia e a política não tinham um sentido único. Se não havia dúvida de que a pressão dos interesses organizados se refletia na implementação das políticas públicas, a recíproca também era verdadeira: a decisão política podia mudar o curso da economia. O alargamento da competência do Estado foi assim acompanhado da extensão do domínio da ação política. As fronteiras que delimitavam o campo do político ampliaram-se significativamente, incorporando novas dimensões e abrindo espaço para o surgimento de novos objetos de estudo. A idéia de que o político tinha consistência própria e dispunha de uma certa autonomia em relação a outras instâncias da realidade social ganhava credibilidade.⁵

Ao lado desses fatores exógenos, Remond ressalta as condições internas que impulsionaram a renovação da história política. As rigorosas críticas que ao longo de décadas foram dirigidas a esse tipo de história acabaram por estimular uma reflexão profunda que suscitou a iniciativa de retomar e redescobrir as grandes contribuições do passado, como as de Charles Seignobos, André Siegfried, George Weil, Jean Jacques Chevalier e Jean Touchard.⁶

Outro ponto a ser destacado nesse movimento de renovação é o contato da história com outras disciplinas, como a ciência política, a sociologia, a lingüística ou a psicanálise, que abriu novos campos e trouxe novos aportes. A pluridisciplinaridade possibilitou o uso de novos conceitos e técnicas de investigação, bem como a construção de novas problemáticas. O núcleo inicial dessa renovação partiu da

Fondation Nationale de Sciences Politiques e da Universidade de Paris X – Nanterre, que funcionaram como espaços de integração para especialistas de origens e formações diversas. Entre eles, destacam-se os nomes de René Remond, Serge Bernstein, Jean-Pierre Rioux, Philippe Levillain, Michel Winock e Antoine Prost.

O eixo central da renovação proposta por esses historiadores decorre do intercâmbio com a ciência política, permitindo que o tema da participação na vida política ocupe um espaço fundamental na história. Assim, os estudos sobre processo eleitoral, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais têm se expandido constantemente. Os contatos com a sociologia, a lingüística e a antropologia também têm frutificado, através do desenvolvimento de trabalhos sobre a sociabilidade, análises de discurso e história da cultura. Como exemplos importantes de trabalhos inovadores nesses campos podem ser citados Christophe Charle, Antoine Prost, Raoul Girardet e Serge Bernstein. Charle, em seu estudo sobre as elites francesas de 1880 a 1900, influenciado pelos trabalhos de Bourdieu, propõe uma análise prosopográfica para acompanhar esse segmento da sociedade. Já Antoine Prost, em seu artigo sobre as “Palavras”, chama a atenção para as relações entre história e lingüística e mostra como esta abordagem enriquece a percepção dos textos históricos. Girardet, por sua vez, busca renovar a história política através do estudo do imaginário político, enfatizando a importância dos mitos e mitologias políticas como instrumentos para se descobrir a inteligibilidade das sociedades. Serge Bernstein, preocupado em entender os comportamentos políticos, chama a atenção para a importância da cultura política: “A cultura política é uma chave. Ela introduz a diversidade, o social, ritos, símbolos, lá onde se acredita que reina o partido, a instituição, o imutável. Ela per-

nite sondar os rins e os corações dos atores políticos. Seu estudo é mais que enriquecedor, é indispensável.”⁷

Sem perder de vista a concepção de história proposta pelos *Annales*, René Remond faz a defesa da renovação da história política, rebatendo as antigas acusações de que esta só se interessa pelas minorias privilegiadas e negligencia as massas, e de que seu objeto são os fatos efêmeros e superficiais, por conseguinte inscritos na curta duração, incapazes de fazer perceber os movimentos profundos das sociedades. Outra acusação contestada é a de que a história política não dispõe do apoio de uma massa documental passível de ser tratada estatisticamente, o que explicaria a presumida superioridade dos dados econômicos sobre suas características subjetivas e impressionistas.

A nova história política, segundo Remond, preenche todos os requisitos necessários para ser reabilitada. Ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, no jogo político, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central. Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos que combina o instantâneo e o extremamente lento. Para Remond, há um conjunto de fatos que se sucedem em um ritmo rápido e aos quais correspondem datas precisas, mas outros fatos se inscrevem em uma duração mais longa – é a história das formações políticas e das ideologias, em que o estudo da cultura política ocupa um lugar importante para a reflexão e explicação dos fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo de longa duração. Finalmente, segundo o autor, a história política também pode dispor de grandes massas documentais passíveis de quantificação, tais como dados eleitorais e partidários, para citar os mais expressivos.

Adespite desse movimento de renovação, já em curso há algum tempo, permanece um certo descrédito em relação à história política. Os clichês de que nada de respeitável pode ser feito fora das alamedas reais do social e do econômico continuam a ser repetidos, ignorando-se as mudanças profundas que têm marcado esse campo de trabalho. Em 1988, François Furet chamou a atenção para isto ao reconhecer que, a despeito da reintrodução na história das questões da política, “esta partida ainda não tinha sido ganha”, pois a massa da *École des Annales*, mesmo os historiadores da geração seguinte à sua, continuavam ligados à história social, à história das mentalidades.⁸

Não obstante os preconceitos, a história política tem ampliado seu espaço, e há um consenso quanto ao fato de que experimenta na atualidade um renascimento. Um indicativo importante dessa tendência é a abertura dos *Annales* para esse campo de estudo, com a organização da coleção *Histoire de la France*, sob a direção de André Burguière e Jacques Revel, ambos diretores de estudo da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Dois dos quatro volumes da coleção são dedicados à história política: *L'État et les pouvoirs*, dirigido por Jacques Le Goff, e *L'État et les conflits* dirigido por Jacques Julliard, ambos lançados em 1990.⁹

É verdade que tanto Le Goff quanto Julliard são historiadores que sempre tiveram interesse pela história política. Em 1974 Julliard publicou no volume *História: novas abordagens*, sob a direção de Le Goff e Pierre Nora, um trabalho no qual, embora fizesse agudas críticas à história política tradicional, reconhecia a importância de se recuperar o estudo dos fenômenos políticos. Segundo Julliard, “a história política deixou de produzir uma problemática e de inspirar trabalhos inovadores. Uma revista como os *Annales* pode permitir-se, sem muita injustiça, ignorar

largamente sua produção. No entanto, (...) essa situação não pode perdurar. Em primeiro lugar, porque não se ganharia nada em continuar a confundir as insuficiências de um método com os objetos a que se aplica". Da mesma forma Le Goff, no artigo "Is politics still the backbone of history?", publicado no início dos anos 70, defendia a idéia de que a história política deveria ser renovada e regenerada.¹⁰

Durante longos anos o interesse de alguns nomes isolados não foi capaz de reverter as avaliações tradicionais sobre os temas políticos entre os historiadores ligados aos *Annales*. Foi somente no final dos anos 80 que essa situação de fato passou a ser substancialmente alterada. As profundas transformações em curso na Europa e as perspectivas de sua unificação em 1992-93, colocaram na ordem do dia a revalorização do político como instrumento adequado para captar os problemas colocados pelas trajetórias específicas dos países que integram a Comunidade Européia.

No prefácio do livro *L'État et les pouvoirs*, Le Goff declara: "Perceber-se-á neste volume como iluminar os problemas colocados pela originalidade francesa no grande conjunto europeu que se organiza neste final do século XX. Querer compreender a oportunidade que representa para a França este grande objetivo exige um conhecimento lúcido das singularidades de cada parceiro. Se todos os países em questão atingiram uma mesma fórmula política, a democracia parlamentar, foi ao final de itinerários históricos muito diversos. O ponto de chegada é fortemente marcado por esta diversidade."

L'État et les pouvoirs define-se assim como uma obra consagrada a uma história do político, uma história da diversidade dos fundamentos dos poderes econômico, religioso e cultural, levando em conta as instituições, os homens, as idéias, ao mesmo tempo que as práticas, o simbólico e o imaginário. O tema central é a análise da

gênese do Estado e da Nação francesa, através da reconstituição de uma trama cronológica que não está preocupada com o detalhamento sucessivo dos eventos políticos, mas com o processo global da trajetória da França do século XIII ao XX. Retomando aspectos vistos como defeitos da história política tradicional – a atuação de indivíduos, o evento singular, os aspectos subjetivos –, o livro ainda assim guarda princípios básicos da história proposta pelos *Annales*. O caminho traçado para trabalhar a longa duração e as estruturas constitui a introdução do estudo das mentalidades políticas e das representações, através do uso do conceito de cultura política. A perspectiva é resgatar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia dos governantes, o pensamento político e a mentalidade comum.

Se essas orientações para a renovação da história política, ainda que diversas, tomam como referência antigos pressupostos lançados pelos *Annales*, há também propostas que visam romper com essa tradição. François Furet, além de privilegiar o lugar do político como o mais favorável para perceber a história total de uma coletividade, declara que devemos renunciar à idéia de que o que importa é o oculto e, ao contrário, estudar na história a invenção, o explícito, o manifesto, numa crítica direta aos pressupostos básicos da concepção de história dos *Annales*.

Igualmente, Gerard Noiriel, ao defender o desenvolvimento de uma história social do político, questiona a validade da concepção de história dos *Annales* elaborada há 40 anos como modelo de inovação destinado a suscitar novos trabalhos pautados na longa duração, na pluridisciplinaridade, na quantificação, com a perspectiva de construção de uma história total. Para este autor, a quantificação e a pluridisciplinaridade devem ser vistas com grande cuidado. Esta última pode conduzir a uma

elasticidade infinita de curiosidades e a uma fragmentação, reprimindo a especialização, que é condição fundamental para a existência de qualquer *métier*.

Pelas diferentes posições apresentadas, percebe-se a variedade de perspectivas propostas para a renovação da história política. Contudo, um ponto comum pode ser detectado: a convicção de que a política tem uma existência própria e não é uma simples expressão reflexa da ação estrutural das forças econômicas. As palavras de Pierre Laborie expressam bem essa perspectiva: “A história política não pode ser percebida como uma instância enclausurada no sótão de uma casa onde a única porta de entrada é o porão.” Pierre Rosanvallon vai mais longe nesta descrição. O político não é uma instância ou um domínio entre outros da realidade. É o lugar onde se articula o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraiza e se reflete por sua vez. Com esta demarcação mais ampla do espaço do político, Rosanvallon abre novas alternativas para o estudo dos fenômenos políticos entendidos enquanto campo de representação do social.¹¹

Esse movimento de defesa da história política, embora mais expressivo na França, também se tem feito sentir em outros países. O livro da historiadora americana Gertrude Himmelfarb, *The new history and the old* e especialmente o capítulo “History with the politics left out”, mostra o processo de marginalização que a história política sofreu nos Estados Unidos a partir da influência dos *Annales*, bem como a necessidade de que sua relevância seja resgatada. O ponto central da autora é que a dominância de uma história social que ignorava a dimensão política da realidade acabou por provocar uma nova deformação. No seu entender, a história política, que foi um dia o centro do campo da história, passou a ser a periferia, e “o que foi definido como história é agora uma nota de pé de página

da História”. Sua intenção entretanto não é combater os temas e os métodos da chamada “nova história social”, mas apontar suas limitações no que diz respeito a reconhecer a política não como um epifenômeno, e sim como um elemento explicativo importante do todo social.¹²

Na Inglaterra, já no início dos anos 80, Lawrence Stone, ao discutir o renascimento da narrativa histórica, chama a atenção para o fato de que a historiografia dominante nos anos 50 e 60 não dedicou atenção ao poder, à organização e ao processo político decisório, às guerras de destruição e conquista, e que a revalorização desses aspectos como variáveis independentes do determinismo econômico e demográfico obrigou os historiadores a retomar a narrativa.¹³

Mais recentemente, o também historiador inglês Peter Burke retoma este tema em seu artigo “A história dos acontecimentos e o renascimento das narrativas”. Neste texto o autor não só recupera as tendências da historiografia nas últimas décadas, quando ocorreu uma rejeição da narrativa dos acontecimentos em favor da história das estruturas, mas também aponta novos trabalhos que buscam renovar a narrativa na história através da articulação entre acontecimentos e estruturas. A proposta do autor é fazer uma narrativa densa o bastante para lidar não apenas com a sequência dos acontecimentos e das intenções conscientes dos atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas-instituições, os modos de pensar.¹⁴

Ainda que Burke não esteja particularmente preocupado com a história política, sua argumentação está diretamente relacionada com este campo de trabalho, e é sem dúvida mais um elemento impulsionador para o chamado renascimento da história política.

Esta nova tendência historiográfica ganha espaço nos estudos de história contemporânea européia, em especial na França, onde o mercado editorial tem lançado su-

cessivas obras de história política. Nessa linha merecem destaque a coleção *Histoire de France* da Hachette, sobretudo os volumes escritos por Maurice Agullon, *La République* (1886-1932 e 1932 a nossos dias), e a coleção *Nouvelle Histoire de la France Contemporaine*, que incorpora os grandes nomes da história política francesa.

Se, especialmente na França, é possível detectar com nitidez o renascimento da história política, recuperada pelas diferentes correntes historiográficas, no Brasil não se pode dizer a mesma coisa. Mesmo que nos últimos anos tenha crescido o número de pesquisadores e tenham se ampliado as publicações, continua a pairar uma certa desconfiança e desprezo sobre aqueles que se definem como historiadores do político.

Notas

1. Ver François Furet, entrevista publicada na revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.1, nº 1, 1988, p. 152; Gerard Noiriol, "Enjeux: une histoire sociale du politique est-elle possible?", *Vingtième siècle – Revue d'Histoire*, nº 24, oct-déc 1989, p. 81-85; Lucien Febvre, *História*, em Carlos Guilherme Mota (org.), *Febvre*, São Paulo, Ática, 1978, p.7- 31; Brigitte Mazon, *Aux origines de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales: le rôle du mécénat américain*, Paris, Les Editions du Cerf, 1988.

2. René Remond (org.), *Pour une histoire politique*, Paris, Seuil, 1988, p. 14. Ver também Jacques Julliard, "A política", em Jacques Le Goff e Pierre Nora, *História: novas abordagens*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, p. 181-193.

3. Ver Brigitte Mazon, op.cit., e François Furet, op.cit., p.150-151.

4. Pierre Goubert, *Louis XIV et vingt millions de français*, Paris, Fayard, 1966.

5. Ver René Remond, op. cit., p. 19-21, e Pascal Balmand, "Le renouveau de l'histoire politique", em G. Bourdé e Hervé Martin, *Les écoles historiques*, Paris, Seuil, 1989, p. 363.

6. René Remond, op.cit., p. 22-27.

7. Serge Berstein, "L'historien et la cultura politique", *Vingtième Siècle – Revue d'Histoire*, nº 35, juil-sep 1992, p.67; Christophe Charle, *Les élites de la République (1880-1900)*, Paris, Fayard, 1987 ; Antoine Prost, "Les mots", em René Remond, op. cit., p.255; Raoul Girardet, *Mitos e mitologias políticas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 9-24.

8. François Furet, op.cit., p. 152.

9. Jacques Le Goff (dir.), *L'État et les pouvoirs*, Paris, Seuil, 1989, e Jacques Julliard (dir.), *L'État e les conflits*, Paris, Seuil, 1990.

10. Jacques Julliard, op.cit., p. 181, e Jacques Le Goff, "Is politics still the backbone of history?", *Daedalus*, 1971.

11. Pierre Rosanvallon, "Pour une histoire conceptuelle du politique", *Revue de Synthèse*, IV, nº 1-2, jan-juin 1986, p.93- 104.

12. Gertrude Himmelfarb. *The new history and the old*. Harvard University Press, 1987.

13. Lawrence Stone. "The revival of narrative", *Past and Present*, nº 85, nov.1979, p.3-24.

14. Peter Burke, "A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa", em Peter Burke (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo, Ed. Unesp, 1992, p.326-348.

Marieta de Moraes Ferreira é doutora em história. Professora adjunta do Departamento de História da UFRJ e pesquisadora do CPDOC/FGV.